



CONTROLE ORGANIZACIONAL: A ESTRATÉGIA PARA A CRISE SOCIOAMBIENTAL DA SAMARCO

Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão¹
Flavia Carolini Pereira Santos²

DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2018.v5n2.118

RESUMO³

Pauta-se a atenção no crime corporativo do rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG). O rompimento da barragem trouxe consequências drásticas para o meio ambiente, para os moradores das áreas afetadas, para as cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo e também para os próprios funcionários da empresa. O objetivo deste estudo teórico-empírico é analisar a forma como a Samarco criou mecanismos de controle depois do rompimento da barragem. O principal aporte teórico é a obra *Economia Política do Poder* escrita por Faria (2002). Foram coletados dados do Relatório Final do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS) de 2015 sobre o acidente da barragem da Samarco, reportagens publicadas em jornais, revista e *sites*. Até quando será possível mediar os interesses econômicos quando se envolvem empresa, meio ambiente, comunidade e governo? Quando se perdem vidas, não há como mediar interesses, os mecanismos de controle para contornar os impactos que provocaram as mortes de inocentes tornam o controle organizacional uma atitude maléfica.

Palavras-Chave: Controle; Poder; Mineradoras; Crise Socioambiental.

CONTROL ORGANIZACIONAL: LA ESTRATEGIA PARA LA CRISIS SOCIOAMBIENTAL DE SAMARCO

RESUMEN

Se atiende la atención en el crimen corporativo del rompimiento de la represa de Fundão, el 5 de noviembre de 2015, en Mariana (MG). La ruptura de la represa trajo consecuencias drásticas para el medio ambiente, para los habitantes de las zonas afectadas, para las ciudades de Minas Gerais y Espírito Santo y también para los propios empleados de la empresa. El objetivo de este estudio teórico-empírico es analizar la forma en que Samarco creó mecanismos de control después del rompimiento de la represa. El principal aporte

¹ Professora na Universidade Federal de Ouro Preto | e-mail: carola.maranhao@gmail.com

² Graduanda na Universidade Federal de Ouro Preto | e-mail: flaviapereirasantos2011@hotmail.com

³ Agência de Fomento: FAPEMIG

teórico es la obra Economía Política del Poder escrita por Faria (2002). Se recogieron datos del Informe Final del Grupo Política, Economía, Minería, Medio Ambiente y Sociedad (POEMAS) de 2015 sobre el accidente de la represa de Samarco, reportajes publicados en periódicos, revistas y sitios. ¿Hasta cuándo será posible mediar los intereses económicos cuando se involucra empresa, medio ambiente, comunidad y gobierno? Cuando se pierden vidas, no hay como mediar intereses, los mecanismos de control para eludir los impactos que provocaron las muertes de inocentes hacen del control organizacional una actitud maléfica.

Palabras-clave: Control; Poder; Minerales; Crisis Socioambiental.

ORGANIZATIONAL CONTROL: SAMARCO'S STRATEGY FOR THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS

ABSTRACT

Attention is focused on the corporate crime of breaking the dam of Fundão, on November 5, 2015, in Mariana (MG). The rupture of the dam brought drastic consequences for the environment, for the residents of the affected areas, for the cities of Minas Gerais and Espírito Santo and also for the company's own employees. The objective of this theoretical-empirical study is to analyze how Samarco created control mechanisms after the dam rupture. The main theoretical contribution is the Political Economy of Power written by Faria (2002). Data were collected from the Political, Economics, Mining, Environment and Society (POEMAS) Final Report of 2015 on the Samarco Dam accident, reports published in newspapers, magazines and websites. How long will it be possible to mediate economic interests when involving business, environment, community and government? When lives are lost, there is no way to mediate interests, control mechanisms to circumvent the impacts that led to the deaths of innocents make organizational control an evil attitude.

Key-words: Control; Power; Mining; Socio-environmental Crisis.

INTRODUÇÃO

Pauta-se a atenção no crime corporativo do rompimento da barragem de Fundão, no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG). Fala - se em crime corporativo pois poderia ter sido evitado. “A expressão crime corporativo tem sido largamente utilizada, nas últimas décadas, como referência a práticas e condutas que violam as leis criminais envolvendo corporações” (OLIVEIRA, 2015, p. 203).

O rompimento da barragem trouxe consequências drásticas para o meio ambiente, para os moradores das áreas afetadas, para as cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo e também para os próprios funcionários da empresa. Tais colaboradores estão submetidos a incerteza da continuidade de seus empregos e com o controle subjetivo que a mineradora detém. Para análise desse controle, este trabalho fará uso do estudo Economia Política do Poder de Faria (2002) ao “mostrar as formas como as organizações definem e implementam seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e

manifestas que se operam no seu interior” (FARIA, 2003, p. 13). A escolha dessa linha de pesquisa se deteve ao entendimento de que para se analisar uma organização é necessário observá-la sob as lentes de diversos níveis de análises. Portanto, deve-se considerá-la em seu contexto sócio-histórico para que “a análise possa dar conta das instâncias econômicas, jurídico-política, ideológica, social e cultural” (FARIA, 2002, s.p.).

É preciso compreender como as organizações de grande porte lidam com a crise quando poderiam ter evitado um problema dessa proporção como foi o rompimento da barragem. O que se observa nesse ocorrido são as consequências máximas da apropriação capitalista da natureza. Baumann e Friehe (2016) afirmam que existe uma relação entre a concorrência que deseja produzir mais para ter um ganho maior com um custo menor que resulta nos incentivos as empresas para recorrer a meios ilegais para reduzir seus custos de produção. A empresa está enfrentando problemas que envolvem desde a queda do preço do minério até um acidente de grande proporção como foi o rompimento da barragem. Será possível a convivência e mediação dos interesses quando se envolvem empresa, meio ambiente, comunidade e governo?

O objetivo desse estudo é analisar a forma como a empresa cria mecanismos de controle em meio à crise e ao escândalo que sofreu nos últimos meses. Tal crise demonstra as consequências severas da exploração e quais os seus efeitos em grande escala quando recai em cima dos trabalhadores que são acuados por dependência as grandes corporações. Por fim, “cidadãos, comunidades, a fauna e a flora, bem como os recursos naturais, correm sérios riscos quando o lucro, o poder e a influência das corporações são colocados acima da vida em busca de interesses corporativos” (OLIVEIRA, 2015, p. 208).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito da Economia Política do Poder

A teoria que fundamenta a base desse artigo é a teoria crítica em estudos organizacionais (TCEO)

que se baseia no marxismo em seus estudos e pesquisas no campo das organizações, com ênfase na centralidade do trabalho (processo e relações de trabalho, divisão do trabalho e gestão do processo de trabalho), contemplando, além dos estudos frankfurtianos, outras dimensões, tais como a psicologia sócio-histórica, a psicossociologia

crítica, as formas democráticas de gestão (autogestão social e organizações coletivistas de trabalho), as análises sobre Estado, poder e classes sociais etc., área essa à qual denomino “economia política do poder em estudos organizacionais” (FARIA, 2009, p. 511).

Dessa forma, de acordo com Faria (2009, p. 512), Horkheimer ao fazer uma denúncia sobre o eclipse da razão reflete que “por detrás da pura lei econômica, da lei do mercado e do lucro encontrava-se a pura lei do poder de uma minoria, baseada na posse dos instrumentos materiais de produção, de forma que a tendência ao lucro acabava sendo o que sempre foi”, a tendência a dominação social. As pessoas que antes eram coisificadas por uma administração centralizada e burocrática passam a ser controladas tanto pelo lucro, como também por outras formas de controle repressivas. Por isso, Faria (2009) mantém seu posicionamento na argumentação que “a teoria crítica se constituía não somente em uma teoria da economia, mas do poder: uma economia política do poder. Aplicada à área das pesquisas em organizações, a teoria crítica constitui uma economia política do poder em estudos organizacionais” (FARIA, 2009, p. 512).

Quando se estuda as organizações deve-se buscar:

as relações internas e externas de poder, manifestas tanto em suas formas de controle e em sua ação mediadora de objetivos e desejos, quanto em sua inserção dinâmica e contraditória na sociedade globalizada. As relações de poder têm como finalidade a posse política, o domínio das estruturas organizadas da sociedade, daí a razão de se falar em uma economia política do poder, pois se trata de compreender, ao mesmo tempo: (i) a interação entre o movimento da sociedade, do ponto de vista do modo de produção, e do Estado capitalista contemporâneo e (ii) as lógicas internas da dinâmica organizacional (FARIA, 2009, p. 513).

A forma como as empresas se organizam sofrem mudanças por diversos fatores e necessitam de uma análise que possa ampliar a visão para o seu contexto sócio histórico. Faria (2002) enfatiza que a sua proposta é ter uma nova abordagem que tem por orientação um esquema teórico-metodológico a qual o pesquisador denominou Economia Política do Poder. A abordagem de Faria “pode ser caracterizada como uma Teoria Crítica das formas de controle nas organizações capitalistas” (MARTINS, 2013, p. 484). Portanto, a abordagem

critica o controle na sociedade capitalista que visa “a expropriação do trabalhador e a consequente obtenção da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa.” (MARTINS, 2013, p. 485)

São dois os fundamentos que a caracterizam: “trata-se de uma linha de pesquisa sobre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas com o objetivo de analisar sua anatomia” e “o núcleo central desta linha de pesquisa e seu suporte teórico são as relações de poder” (FARIA, 2002, s.p.). Esta abordagem conceitua-se para o autor como uma visão “teórico-metodológica que procura englobar a concepção da Teoria Crítica dedicada aos estudos da economia, da política, da sociedade, da ideologia, da cultura e das instituições reais e imaginárias, à concepção psicossociológica do sujeito e dos grupos sociais” (FARIA, 2002, s.p.).

Faria (2002) pondera sobre dois tipos de organizações que são objetos de análise da Economia Política do Poder: as formais caracterizadas pela definição de Blau e Scott (1979) como formais, no caso deste trabalho caracterizam-se pelas empresas privadas, baseadas na lógica de dominação pautadas em diferentes sistemas relações de poder; ou as organizações estáveis que segundo Enriquez (1997) são organizações compreendidas como espaços políticos que criam sistemas culturais, simbólicos e imaginários. A segunda organização que é objeto de análise, conforme Faria (2002) argumenta, são as de pertença que ele aponta como: espontâneas transitórias, planejadas transitórias, circunstanciais duradouras e as planejadas duradouras. O mais importante segundo o autor dentre todos os tipos de organização citadas é que o ambiente que define suas relações deve ser referente ao processo de globalização, pois está corresponde a “consequência das mudanças que se operam nas relações sociais de produção, razão pela qual é a partir destas que se deve desenvolver a pesquisa”. (FARIA, 2002, s.p.)

De acordo com o autor, “a globalização demanda atitudes cada vez mais individualizadas e menos solidárias, na medida em que a competitividade passa a ser não apenas um valor econômico, mas um valor humano, um orientador de condutas” (FARIA, 2002, s.p.). A Globalização trouxe avanços tecnológicos que disfarçam o sofrimento psicológico no trabalho. A atual organização política do mundo ajuda no disfarce desse problema e contribui para o domínio psicológico.

Conforme os estudos do autor, “o exercício do poder é a sua concretização, de maneira que o sentido do poder somente pode ser compreendido quando das relações de

poder, quando das práticas” (FARIA, 2002, s.p.). Para isso, existem quatro categorias que definem a capacidade de definir interesses, são elas: as motivações subjetivas dos sujeitos; identificação e análise dos riscos, dificuldades, oportunidades e estratégias; capacidade de promover relações entre sua própria condição de se manter a organização e a realidade; e por fim, a necessidade de preservação da identidade e do sentimento de pertencimento. A capacidade de realizar os interesses das organizações também é influenciada por três fatores são eles: a coerção, geralmente usada quando os outros mecanismos falharam; a legítima de Weber definida como carismática, tradicional ou legal; e por último, as articulações políticas. (FARIA, 2002, s.p.)

Segundo Faria (2002) são três os níveis categóricos de controle: econômico, político-ideológico e psicossocial. No nível econômico, tal controle se refere “as relações de produção, ou seja, à maneira como as relações de trabalho e a distribuição do valor realizado após a venda das mercadorias são estruturados numa dada organização ou contexto social” (MARTINS, 2013, p. 485). No nível político-ideológico, o controle está totalmente relacionado a dominação. Portanto, para que exista a permanência das relações de posse e poder é necessário garanti-lo através da legitimação e normas. Por fim, no nível psicossocial, o autor destacará o controle através das relações entre os sujeitos no processo produtivo e político. Faria (2004) expõe alguns tipos de controle, para uso desse trabalho foram selecionadas as dimensões do controle psicossocial: o normativo, conduzido por regras; o simbólico – imaginário, relacionado a adesão de regras invisíveis de como os funcionários devem se portar ou até ameaças não coercitivas; e por último, o controle por sedução monopolista que retira a voz do grupo e os deixa submissos e inexistentes frente as decisões (FARIA, 2004).

3. METODOLOGIA

3.1 Aspectos metodológicos

Este estudo busca entender como os mecanismos de controle social da Samarco se estruturaram e se organizaram ao tentar diminuir o impacto da crise socioambiental após o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gérias. Por que o controle social acaba sendo a forma mais acessível de contornar um problema dentro das organizações?

Almejando as respostas dessa indagação se apresenta nesta seção a metodologia que irá orientar esta pesquisa.

Quanto ao objetivo definido, a pesquisa será conclusiva. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será a documental. “A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas (...))” (GODOY, 1995, p. 21). Portanto, foram coletados dados do Relatório Final do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS) de 2015 sobre o acidente da barragem da Samarco, reportagens publicadas em jornais, revista e sites. Também serão abordados artigos científicos sobre crime corporativo, construção de barragens, gestão de crises, poder e controle social. A análise dos dados a ser explorada neste estudo será a Análise de Conteúdo, da obra de Bardin (1977), que reúne “técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

3.2 Análise dos dados

A análise dos dados compreende etapas para a análise de conteúdo. Delagnello e Silva (2005) a partir da leitura de Bardin (1977), apresentam estas etapas: pré-análise, exploração e análise do material e interpretação dos dados. O *corpus* escolhido para análise restringe o aprofundamento de todas essas etapas, sendo possível somente extrair as primeiras tentativas usadas pela mineradora para aplicar os mecanismos de controle. Dessa forma, no primeiro passo buscou-se levantar os materiais iniciais sobre o uso de controle logo após o rompimento da barragem. Nessa primeira, “Bardin esclarece que, nesse momento, se procede à leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices (...)” (DELAGNELLO e SILVA, 2005, p. 105).

Procurou-se tanto artigos científicos, como também reportagens iniciais sobre o controle organizacional instaurado. Após isso, partiu-se para a etapa de interpretação dos dados e a tentativa de relacioná-los com a teoria de Faria (2004). É importante destacar que com o material sobre a queda da barragem escolhido e a base teórica abordada nessa

sessão, tem-se um “momento de reflexão, da intuição com embasamento nos materiais empíricos e nos referenciais teóricos disponíveis, buscando estabelecer relações, verificar contradições, compreender os fenômenos que nos preocupamos estudar” (DELAGNELLO e SILVA, 2005, p. 113). Por isso, primeiro, se descreve o rompimento da barragem de Fundão em Mariana em 2015 e depois se relaciona esse crime ao tipo de controle utilizado para tentar dominar a situação que se tornaria uma crise socioambiental grave e que persiste até o momento presente.

3.1.1 Descrição do rompimento da barragem de Fundão em Mariana

No dia 05 de novembro de 2015 ocorreu o maior crime ambiental do Brasil: o rompimento da barragem de Fundão, localizada no Complexo de Germano na cidade histórica mineira Mariana, contabilizando 19 mortes. O crime corporativo cometido pela empresa Samarco “resultou na avalanche de toneladas de lama, tirou vidas, destruiu o distrito de Bento Rodrigues, provando prejuízos inestimáveis no meio ambiente para além da região” (MEDEIROS, ALCADIPANI E OLIVEIRA, 2016, s.p.).

Nessa tragédia, cerca de 65 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração de ferro vazaram e invadiram mais de 550 quilômetros da bacia do Rio Doce, uma das maiores bacias hidrográficas brasileiras.

O “tsunami” de rejeitos despejados casou danos de difícil mensuração e a sua recuperação pode enfrentar dificuldades de reversão. Os efeitos negativos recaem sobre o meio ambiente das vítimas, englobam o assoreamento dos rios, a degradação da biodiversidade aquática e até o comprometimento da renda de moradores que residem nas áreas afetadas ao longo da extensão do rio. Tais trabalhadores dependem do trabalho da pesca e da agricultura para sobreviverem e sustentarem as suas famílias.

São inúmeras as causas apontadas para o rompimento da barragem no complexo de Germano: “manutenção deficiente das estruturas de drenagem; ausência de monitoramento contínuo e controle durante construção e operação; crescimento das barragens sem adequados procedimentos de segurança; a sobrecarga a partir de rejeitos de mineração” (FREITAS, SILVA E MENEZES, 2016, p. 25).

Ainda sobre os estudos dos autores do parágrafo anterior, as consequências das causas já citadas trazem impactos: ambientais, sobre a saúde da população e socioeconômicos. O impacto ambiental ocasionou degradação da qualidade do solo,

aumento da intensidade dos processos erosivos resultante da depressão do solo, assoreamento dos rios e comprometimento da vegetação em suas margens, presença de contaminantes do rejeito de minério de ferro nos seres vivos que vivem na bacia hidrográfica e por último, a extinção de espécies de animais que eram típicas do rio devido a intervenção do período de sua reprodução (FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016). Nas localidades praianas, além da contaminação da água do mar, animais marítimos como as tartarugas de couro são umas das espécies que sofreram com a degradação do ambiente. Para mais, existem espécies ainda nem catalogadas que já sofrem ou serão afetadas de alguma forma no futuro seja por mudanças climáticas ou degradação dos ecossistemas que habitam (MIRANDA E MARQUES, 2016).

Os impactos sobre a saúde da população foram o comprometimento da água, a desestabilização do clima, aparecimento de doenças como a dengue e de hospedeiros de doenças, além de doenças respiratórias e impactos psicossociais (FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016).

Os impactos socioeconômicos giram em torno desde de prejuízos financeiros devido a destruição de casas, também presentes no fornecimento de serviços públicos essenciais como água, esgoto e energia elétrica. A retração da captação dos tributos devido de extração, lavra e beneficiamento ou qualquer outra atividade mineral da Samarco somou prejuízos a economia regional. Houve intervenções em atividades agropecuárias também, no turismo e comércios das localidades afetadas em Minas Gerais, no Espírito Santo e uma reserva indígena de etnia Krenak (FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016, p. 27-28). “Ambientalistas dizem que o efeito da tragédia ambiental continuará por pelo menos mais 100 anos (...) (MIRANDA et al, 2010, p. 10).

Após toda a discussão decorrida sobre o maior crime brasileiro, necessitou-se de uma atenção mais criteriosa aos efeitos recorrentes das ações da Samarco sob seus funcionários. É necessário sim, apontar as falhas graves da ação irresponsável que poderia ter seu impacto evitado. No tópico a seguir será abordado a relação entre os mecanismos de controle organizacional da Samarco a queda da barragem.

3.1.2 Controle Organizacional e o rompimento da barragem de Fundão em Mariana

A Samarco, empresa em estudo juntamente com a Vale são as principais empregadoras do município de Mariana em Minas Gerais devido ao destaque da atividade

mineral. A empresa tem como acionistas as duas maiores mineradoras mundiais, Vale e BHP Billiton e tem como principal produto as pelotas de minério de ferro.

“O trabalho na sociedade capitalista, ao assumir a produção de mercadorias como fim, passa a produzir desumanização e efeitos deletérios sobre a natureza”. (BARROSO; ANGELIM, 2016, p. 2). O Brasil é um país com grande diversidade de recursos minerais o que o coloca como fonte para extração de seus recursos por empresas com grande poder. A empresa adota uma política de terceirização que aponta para um descaso com os profissionais. Segundo o relatório Final:

Os trabalhadores terceirizados que prestam serviços às empresas não possuem vínculo empregatício com as grandes mineradoras, mas com suas contratadas ou subcontratadas e são submetidos a contratos de trabalho, em sua maioria, precários, sendo-lhes impostas condições laborais ainda mais inseguras, instabilidade empregatícia e salários inferiores aos auferidos por aqueles cujo vínculo de emprego é estabelecido diretamente com a empresa principal (POEMAS, 2015, p. 34).

Por conta das condições de trabalho citadas acima, a empresa teve nos últimos anos diversos processos trabalhistas, esse número foi reduzido devido a alguns funcionários não terem ingressado a ações trabalhistas. Os processos trabalhistas que tramitam no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região apontam que os principais descumprimentos são:

a terceirização ilícita; o não pagamento das horas *in itinere* para os trabalhadores diretos e terceirizados; a não fiscalização das condições de trabalho e do cumprimento das normas trabalhistas pelas prestadoras de serviço; o recorrente atraso no depósito do cartão alimentação em prejuízo dos trabalhadores terceirizados; além do descumprimento da lei de aviso prévio, retirando o direito do cartão alimentação e convênio médico no período de projeção do aviso prévio do trabalhador (POEMAS, 2015, p. 35) .

Esses agravantes, somados à queda do preço do minério, ao endividamento da empresa e às suas políticas de redução de custos, contribuem para condições de trabalho insatisfatórias. Esse posicionamento da mineradora aponta uma marca frequente de empresas desse setor, que possuem trabalhadores atrelados por dependência a situações precárias.

O vínculo que se estabelece entre indivíduo e organização pode ser de duas naturezas: objetivo e subjetivo. O vínculo objetivo é aquele composto pelas relações formais de trabalho: contrato de trabalho, salário, entre outros. Já o vínculo subjetivo está relacionado ao sentimento de pertença, filiação, possibilidade de realização de desejos, reconhecimento, entre outros (FARIA, 2004, s.p).

Após o rompimento da barragem, a situação dos funcionários e dos terceirizados ficou ainda pior. Primeiro, a empresa os colocou em licença remunerada. Segundo o Jornal Estado de Minas, na reportagem postada no dia 09 de novembro de 2015, a empresa concedeu a licença remunerada aos colaboradores em grande maioria da unidade de Germano que teve suas atividades embargadas pelo Governo de Minas Gerais. Depois, a empresa propôs férias coletivas em dezembro para evitar demitir 5000 funcionários de uma vez só, conforme notícias divulgadas pelo Jornal Folha Vitória e atualmente, propôs demissões voluntárias. De acordo com o Jornal Estado de Minas, a empresa planeja retomar os seus trabalhos com 60% dos empregados reduzindo o quadro através de um Programa de Demissões Voluntárias.

221

Após o “suposto” acidente, não se vê um posicionamento espontâneo dos funcionários somente daqueles que são obrigados a vir a público para explicar a atividade da empresa, mesmo assim observa-se um discurso ensaiado e padronizado do que pode ou não ser dito. Nesse sentido:

as organizações definem seus mecanismos de poder e de controle social, incorporando o que não pode ser dito e o que se reproduz em seus porões, ao que é possível falar, ao que pode ser manifesto às racionalidades (de regras, objetivos, estratégias, etc.) e de subjetividades (símbolos, ritos, imaginários e mitos), com seus paradoxos e contradições (FARIA, 2002, s.p).

“As organizações definem e implementam seus mecanismos de controle social” (Faria, 2002, s.p). É possível notar a forma como a empresa exerce o controle sob os seus funcionários mesmo com todo o impacto causado que poderia ser evitado, o descaso com as condições trabalhistas e a “maquiagem” das notícias na mídia. No site e nas redes sociais da empresa existem vídeos, fotos, até transmissões ao vivo sobre informações a respeito de

como a empresa está tratando o problema que ela mesmo causou. A Samarco usa de representações estereotipadas:

todos os vídeos são ambientados nos próprios locais da tragédia (ou onde os ‘voluntários’ estão trabalhando). Os funcionários são mostrados limpando, reconstruindo e mobiliando as casas para receber seus ‘novos’ proprietários, ou à beira do Rio Doce, com escavadeiras ao fundo (inclusive o seu ruído) limpando a lama das ruas, ou o engenheiro mostrando, num mapa, o percurso da lama e a as frentes de trabalho para reconstruir a cidade (PEREZ, 2016, p.32).

Mesmo com todas essas provas negativas, os colaboradores continuam fazendo protestos para que a mineradora não venha a encerrar suas atividades esquecendo totalmente dos danos causados.

“O vínculo que se estabelece entre indivíduo e organização pode ser de duas naturezas: objetivo e subjetivo. O vínculo objetivo é aquele composto pelas relações formais de trabalho: contrato de trabalho, salário, entre outros. Já o vínculo subjetivo está relacionado ao sentimento de pertença, filiação, possibilidade de realização de desejos, reconhecimento, entre outros (FARIA, 2002, s.p)”.

222

“A preparação para gravação do vídeo, o conteúdo roteirizado e a construção da cenografia refletem a voz dominante da organização” (PEREZ, 2016, p.34). Segundo a autora, a Samarco divulgou uma campanha afim de transfigurar os impasses acontecidos:

A campanha “É sempre bom olhar para todos os lados” foi deflagrada na primeira semana de fevereiro de 2016 e cerca de dez dias depois, em um final de semana, foi ao ar em canais de tevê aberta. O conteúdo chamava a atenção pelos depoimentos de funcionários da mineradora e de membros da comunidade local trabalhando para a reconstrução da cidade (PEREZ, 2016, p. 31).

O questionamento também é realizado para o título da campanha:

A frase faz parte de um site institucional, de uma empresa que enfrenta uma crise, já que é responsável por um desastre ambiental, social e econômico de várias comunidades. Metade dos vídeos do

site usa imagem e depoimentos de funcionários da Samarco. No nosso entender, esses três fatores conjugados revelam uma mensagem não dita, de que a Samarco está trazendo aos públicos o seu próprio olhar, mostrando aos internautas a sua versão dos fatos, silenciando as demais versões (PEREZ, 2016, p. 31-32).

Na reportagem postada no site do Jornal Estado de Minas relata que alunos e professores de Mariana receberam mensagens de textos “convocando-os” a participarem de passeata a favor da mineradora. O jornal trouxe esclarecimentos dos movimentos quanto a essa atitude ao afirmar que os atingidos não consideram essa convocação como um convite, mas sim uma ação obrigatória. Faria (2003) propõe ao discutir poder nas organizações que o objetivo da Economia Política do Poder é “mostrar as formas como as organizações definem e implementem seus mecanismos de controle psicossocial a partir da interação de instâncias ocultas e manifestas que se operam em seu interior” (FARIA, 2003, s.p.).

A Vale, acionista da empresa discutida neste trabalho, nega adulteração de dados sobre a quantidade de lama depositada em barragem. Isto aponta que organizações envolvidas com grandes escândalos, “quando confrontadas com uma crise, tendem a geri-la mal e a negar os fatos mais susceptíveis de evidenciar a sua vulnerabilidade” (GAMA, 2013, p. 536). Há sempre a tentação para negar o que de fato aconteceu e, se possível, abafar os aspectos mais negativos. As especulações que se fazem em torno da organização são fruto do silêncio e não há nada que agrade mais aos órgãos de comunicação social do que descobrir que a organização está a camuflar o que na realidade aconteceu (GAMA, 2013, p. 537).

Nesse sentido, ao concluir sobre o controle utilizado pela Samarco como estratégia após a crise gerada devido ao crime corporativo levanta -se questões pertinentes. Controle para quem e para o que? Para a grande mineradora que quer manter o lucro e a exploração naquela região. Controle através do que? Através dos seus próprios funcionários das pessoas que defendem a continuidade das atividades da empresa e da mídia. Portanto, os controles organizacionais são: desde o físico, o normativo, por resultado, o simbólico até por vínculo (FARIA, 2004).

Nessa perspectiva regida pela economia política do poder, a teoria crítica dos estudos organizacionais expressa que:

a compreensão da vida nas organizações e sua dinâmica exigem a adoção de uma epistemologia apoiada no materialismo histórico e de

um esquema teórico-metodológico dialético capazes de responder às questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos coletivos das mais variadas formas e que valorizem esse sujeito coletivo mais do que as organizações para as quais vendem sua força de trabalho (FARIA, 2009, p. 512).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário entender que existe um lado sombrio nas grandes organizações ou como ficou conhecido na comunidade acadêmica existe um “The Dark Side of Organization” (LINSTEAD; MARÉCHAL; GRIFFIN, 2010) que se relaciona com o poder e controle social que elas detêm com o meio ambiente externo e interno. Empresas como a grande mineradora possuem poder de dominação que potencializam as formas de exploração do trabalho, do meio ambiente e do próprio governo. Assim, o crime cometido está situado no lado mais escuro dessas grandes empresas que necessitam de uma visão mais abrangente frente a essas estruturas de dominação para que se possa questionar as práticas institucionais a partir de uma outra forma de reflexão mais preocupada com o meio ambiente, as pessoas e o futuro.

Os mecanismos de controle que a Samarco tenta usar após o rompimento da barragem demonstram que é possível a realizar a correlação com a abordagem da teoria da Economia Política do Poder de Faria (2002) ao demonstrar que o “controle é tido como aquilo que – por meio da opressão, do recalcamento e da alienação – assegura a dominação e a manutenção das relações de poder” (MARTINS, 2013, p. 490).

As ações internas extrapolaram as fronteiras da empresa nessa crise e afetou não só seu público interno, mas a comunidade em geral. A Samarco utilizou de uma forma de controle social como uma “válvula de escape” para a crise que se instaurou depois do rompimento da barragem. A forma como a empresa está lidando com esse problema causado por ela mesma traz a discussão de como gerir crises dessa proporção em outras organizações também. As empresas devem estar preparadas para assumir os seus erros e diminuir a probabilidade desses acontecimentos acontecerem. Por que se não, até quando será possível mediar os interesses econômicos quando se envolvem empresa, meio ambiente, comunidade e governo? Quando se perdem vidas, não há como mediar interesses, os mecanismos de controle para contornar os impactos que provocaram as mortes de inocentes tornam o controle organizacional uma atitude maléfica. O crime corporativo faz parte das operações da empresa, sendo assim:

ele ocorre no decurso de suas operações em busca de benefícios de ganhos e lucros, não podendo ser visto simplesmente como um acidente ou tragédia, mas, sim, algo que acontece por razões como falhas no monitoramento, equipamentos com defeitos, estruturas insuficientes, entre outros. Isso implica em negligência culposa ou, ainda, corrobora a ideia de que as empresas podem evitar os crimes corporativos, porém querem evitar os custos que isso acarreta, pois as indenizações e multas representam custos menores (MEDEIROS E ALCADIPANI, 2016, s.p).

Além disso, conforme Miranda e Marques (2016) os esforços para minimizar os impactos socioambientais desse crime ambiental foram poucos e ainda monitorados de forma insuficiente e do ponto de vista ambiental, o crime teve como consequências severas a danificação de espécies desconhecidas ou pouco estudadas. Os autores ainda apontam que uma tragédia como essa não pode se tornar um caso isolado, devido aos resultados obtidos pela investigação pode-se prever tragédias de mesmo impacto.

Miranda e Marques (2016) frisam que o rompimento da barragem se transfigurou em diversas consequências como o fato do desenvolvimento econômico estar tão distante da conservação ambiental e das responsabilidades sociais, da nossa sociedade que parece que se esqueceu dos valores ambientais. “Infelizmente (...), as mineradoras se consideram como donas do solo mineiro e, em meio às discussões sobre a mineração, royalties e impostos, a vida humana, a cultura e a preservação ambiental ficam em um segundo plano” (MIRANDA *et al*, 2017, p. 10).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo Análise de conteúdo Análise de conteúdo. **Lisboa: Edições**, v. 70, 1977.

BARROS, M.; ANGELIM, Y. A construção de barragens no Brasil como estratégia de reprodução do capital. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2016.

BAUMANN, F.; FRIEHE, T. Competitive Pressure and Corporate Crime. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, v. 16, n. 2, p. 647-687, 2016. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/view/j/bejeap.2016.16.issue-2/bejeap-2015-0064/bejeap-2015-0064.xml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

DELLAGNELO, E. H. L. SILVA, R. C. da. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 97-118, 2005.

FARIA, José Henrique. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE. br**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

FARIA, J; H;. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Curitiba: Juruá, 2004.

FARIA, J; H;. Economia política do poder: os fundamentos da teoria crítica nos estudos organizacionais. **Negócios**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/1>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FARIA, J. H. Economia política do poder: uma proposta teórico-metodológica para o estudo e a análise das organizações. *Encontro de Estudos Organizacionais*, v. 2, 2002.

FOLHA VITÓRIA. Samarco anuncia que 5 mil funcionários no ES e MG podem ser demitidos em 2016. **Folha Vitória**. Disponível em: <<http://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/2015/11/samarco-anuncia-que-5-mil-funcionarios-no-es-e-mg-podem-ser-demitidos-em-2016.html>>. Acesso em: 01 de nov. de 2016.

FREITAS, C. M. de; SILVA, M. A.; MENEZES, F. C. de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Cienc. Cult. [online]**. 2016, vol.68, n.3, pp. 25-30. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GAMA, M. G. Quando o Inferno desce à Terra: a gestão de crises e a sua problemática. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 535-542, 2013. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1419>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2017.

JORNAL ESTADOS DE MINAS. Samarco quer demitir 1,2 mil empregados por meio de plano de incentivo voluntário. **Jornal Estado de Minas**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/26/interna_gerais,777154/samarco-quer-reduzir-40-do-quadro-de-pessoal-com-plano-de-demissoes.shtml>. Acesso em: 01 de nov. de 2016.

LINSTEAD, S. A.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Special Issue on “The Dark Side of Organization. *Organization Studies*, **Call for Papers**, v. 31, p. 997-999, 2010. Disponível em:

<<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840610376479?journalCode=ossa>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MARTINS, F. R. Controle: perspectivas de análise na teoria das organizações. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 3, p. 475-490, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n1/v4n1a08>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MEDEIROS, C. R. O.; ALCADIPANI, R.; Oliveira, L.B. “Nós Estamos Fazendo o que Deve Ser Feito”, “Nós Não Colocamos a Sociedade e o Meio-ambiente em Risco” e “A Culpa Não é Nossa”: Desengajamento Moral em um Crime Corporativo. *XL Encontro da ANPAD*. Anais. 2016.

MIRANDA, Maria Geralda *et al.* Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

MIRANDA, Lucília Souza; MARQUES, Antonio Carlos. Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna-an example from the staurozoans (Cnidaria). **Biota Neotropica**, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032016000200401&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de jul. 2017.

OLIVEIRA, C. R. Crimes Corporativos e Estudos Organizacionais: uma aproximação possível e necessária. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 202, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1551/155138399009/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PEREZ, Katia. Para qual lado estamos olhando? Reflexões sobre o discurso da Samarco na web. **Revista Organicom**, v. 13, n. 25, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/982>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo, 2015.

VIEIRA, M. e BRANT, A. C. Samarco dará licença remunerada a funcionários em MG e ES. **Jornal Estado de Minas**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,706007/samarco-dara-licenca-remunerada-a-funcionarios-em-mg-e-es.shtml>. Acesso em: 17 de jul. de 2016.

Recebido em: 05.12.2017

Aprovado em: 03.02.2018